

Discurso de ódio e discurso de ódio encoberto misógeno: diretrizes em Competência em Informação para a resiliência de mulheres e meninas

Misogynistic hate speech and covert hate speech: guidelines in Information Literacy for the resilience of women and girls

Discurso de ódio y discurso de ódio encubierto misógeno: directrices en alfabetización informacional para la resiliencia de mujeres y niñas

Djuli Machado de Lucca

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Porto Velho, RO, Brasil.

Elizete Vieira Vitorino

Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, SC, Brasil.

ORIGINAL

Resumo

Objetivo. Objetiva elencar diretrizes para o desenvolvimento de Competência em Informação de mulheres sob o ponto de vista da vulnerabilidade por meio de discurso de ódio e discurso de ódio encoberto. Isso envolve mapear, a partir da literatura, manifestações de discursos de ódio contra mulheres, e levantar habilidades, conhecimentos, atitudes e valores relacionados ao desenvolvimento de Competência em Informação para a resiliência informacional. **Método.** De natureza qualitativa, a pesquisa utiliza abordagem bibliográfica e documental para a coleta de dados, sendo os dados bibliográficos originados dos documentos recuperados nas bases Web of Science, Scopus e BRAPCI sem recorte de idioma e de tempo. Os dados documentais são, por sua vez, recuperados a partir do Framework for Information Literacy, da Association of College and Research Libraries. Os dados bibliográficos são submetidos à técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin. **Resultados.** Diretrizes para o desenvolvimento de Competência em Informação são voltadas para a compreensão da autoridade, da criação da informação como um processo, do reconhecimento das dimensões de valor e da valorização da criatividade, colaboração, questionamento e curiosidade intelectual. **Conclusões.** As diretrizes não se esgotam em si mesmas: elas constituem estratégias para a resiliência de mulheres e meninas no ambiente informacional, como um movimento do tipo bottom-up, de consciência coletiva das mulheres em direção à resiliência informacional e transformação social.

Palavras-chave: competência em informação, discurso de ódio, discurso de ódio encoberto, mulheres

Abstract

Objective. This study aims to outline guidelines for the development of Information Literacy in women from the perspective of vulnerability through hate speech and covert hate speech. This involves mapping, from the literature, manifestations of hate speech against women, and identifying skills, knowledge, attitudes, and values related to the development of Information Literacy for informational resilience. **Method.** Qualitative in nature, this research uses a bibliographic and documentary approach for data collection. Bibliographic data originates from documents retrieved from the Web of Science, Scopus, and BRAPCI databases without language or time restrictions. Documentary data, in turn, are retrieved from the Framework for Information Literacy of the Association of College and Research Libraries. The bibliographic data are subjected to Laurence Bardin's content analysis technique. **Results.** Guidelines for the development of Information Literacy focus on understanding authority, the creation of information as a process, the recognition of value dimensions, and the appreciation of creativity, collaboration, questioning, and

intellectual curiosity. **Conclusions.** The guidelines are not an end in themselves: they are strategies for the resilience of women and girls in the informational environment, as a bottom-up movement, of collective awareness among women towards informational resilience and social transformation.

Keywords: information literacy, hate speech, covert hate speech, women

Resumen

Objetivo. Este estudio pretende esbozar pautas para el desarrollo de la Alfabetización Informacional en mujeres desde la perspectiva de la vulnerabilidad a través del discurso de odio y el discurso de odio encubierto. Esto implica mapear, desde la literatura, las manifestaciones del discurso de odio contra las mujeres e identificar habilidades, conocimientos, actitudes y valores relacionados con el desarrollo de la Alfabetización Informacional para la resiliencia informativa. **Método.** De carácter cualitativo, la investigación utiliza un enfoque bibliográfico y documental para la recopilación de datos, y los datos bibliográficos provienen de documentos recuperados de las bases de datos Web of Science, Scopus y BRAPCI, sin restricciones de idioma ni de tiempo. Los datos documentales, a su vez, se obtienen del Marco de Alfabetización Informacional de la Asociación de Bibliotecas Universitarias y de Investigación. Los datos bibliográficos se someten a la técnica de análisis de contenido de Laurence Bardin. **Resultados.** Las pautas para el desarrollo de la Alfabetización Informacional se centran en la comprensión de la autoridad, la creación de información como un proceso, el reconocimiento de las dimensiones de valor y la apreciación de la creatividad, la colaboración, el cuestionamiento y la curiosidad intelectual. **Conclusiones.** Las directrices no son un fin en sí mismas: son estrategias para la resiliencia de las mujeres y las niñas en el entorno informativo, como un movimiento participativo de concienciación colectiva entre las mujeres hacia la resiliencia informativa y la transformación social.

Palabras clave: alfabetización informacional, discurso de odio, discurso de odio encubierto, mujeres

1 Introdução

No ano de 2024, completou-se 50 anos desde que a palavra Competência em Informação — do inglês *Information Literacy* — foi mencionada pela primeira vez. Desde então, o movimento logra uma história profícua, tanto em termos científicos quanto sociais, que está inegavelmente associada aos contextos e discussões em voga nos períodos que a sociedade atravessa.

Essa história foi explorada na literatura por pesquisadores como De Lucca e Neubert (2022). As autoras mapearam a trajetória da Competência em Informação por meio de fases, vislumbrando uma tendência do movimento incorporada à noção de metacompetência, ao viés do pensamento crítico e à contemplação de grupos sociais vulneráveis nas investigações. Esse alinhamento à vulnerabilidade e à noção de metacompetência já havia sido lançado por Vitorino (2018), que preconizou uma agenda de pesquisa em Competência em Informação associada aos grupos sociais excluídos ou em risco de serem marginalizados.

A associação entre Competência em Informação e exclusão social vincula esse tópico de pesquisa da Ciência da Informação a um ideal nobre da ciência: o de contribuir para a consecução de metas em direção à justiça social. O cenário atual demonstra plena evolução dos seres humanos no que diz respeito ao desenvolvimento de técnicas e conhecimento, mas indicadores temem em mostrar que a evolução só ocorre em cenários específicos e vantajosos para alguns grupos sociais dominantes.

A marginalização e a exclusão social, que são resultados do processo social institucionalizado da opressão (Young, 2011), ainda são desafios para uma grande parcela da sociedade, como as mulheres, que representam, no Brasil, 51,5% da população (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022), ou seja, a maioria das pessoas brasileiras. Embora representem a maior parte em termos quantitativos, o grupo das mulheres é reconhecido por ser uma minoria social. Essa opressão tem no gênero sua natureza e está ancorada na estrutura patriarcal da sociedade, que, ao acumular uma história de cinco mil anos (Lerner, 2019), leva mulheres e meninas à exploração, submissão e opressão, limitando — e até impedindo — que elas se desenvolvam enquanto seres humanos e desfrutem de bem-estar (Lerner, 2019).

Enquanto visualizamos o pleno desenvolvimento da sociedade no que diz respeito à evolução tecnológica, nos deparamos com indicadores que demonstram que a opressão das mulheres tem aumentado, pelo menos em alguns aspectos. No Brasil, houve entre os anos de 2024 e 2025 um crescimento recorde nos casos de violência contra as mulheres, além de recorde nos casos de feminicídio (Fórum Brasileiro da Segurança Pública, 2025).

Feminicídio é o auge da opressão: representa o aniquilamento de uma mulher em razão de pertencer a este grupo social — o das mulheres. Das mulheres brasileiras, 37,5% relatam terem sido alvos de agressão física, *stalking*, insultos e xingamentos, estupro, exposição de vídeos íntimos na internet sem consentimento, violência psicológica e ameaças armadas (Fórum Brasileiro da Segurança Pública, 2025). E sem falar em outros indicadores, como de trabalho doméstico informal e não-remunerado, disparidade salarial, acesso a cargos de liderança e chefia e casamento precoce.

Movimentos feministas buscaram, nas últimas décadas, reunir mulheres em direção ao alcance de conquistas históricas, como o direito ao voto e ao planejamento familiar, porém tais conquistas são sempre alvo de questionamentos e ameaças de revogação por parte de governos e políticos conservadores. Além disso, pessoas e comunidades feministas enfrentam resistência por grupos — inclusive de mulheres — antifeministas, que utilizam rótulos como a 'ideologia de gênero' para desmobilizar o movimento feminista e controlar a opinião pública em torno dos ideais conservadores patriarcais. A propósito, ideologia de gênero possui um significante vazio, abrangendo um movimento transnacional contra os direitos reprodutivos e LGBTQIAPN+, educação de gênero e diversidade sexual, pautas tradicionais da agenda feminista (Frotté & Teixeira, 2025).

Há uma relação — evidenciada por Frotté e Teixeira (2025) — entre a ascensão de grupos antifeministas e o aumento da violência contra as mulheres. Essa relação também está associada à expansão de movimentos ultraconservadores e extremistas a partir da década de 2010 que, ao serem capitaneados por grupos masculinistas como *redpills* ou *Incel*s (do inglês *Involuntary Celibate*), potencializam a opressão das mulheres e reafirmam a dominância masculina (Fórum Brasileiro da Segurança Pública, 2025).

O ódio às mulheres pode ser manifestado a partir de diferentes ataques, como atos de preconceito, discriminação sistêmica e violência (Anti-defamation League, 2018). Uma das suas manifestações é aquilo que Judith Butler (2021) chama de injúria linguística, que é expressa a partir de discurso de ódio e discurso de ódio encoberto — este último expressado de forma não explícita, cujo efeito potencial de causar dano é o mesmo ou maior. Injúria linguística é uma das faces da opressão e da desumanização da mulher, que pode ser ou não combinada com outras formas de violência, culminando na violência física e, em seu último estágio, o genocídio do grupo social (Anti-defamation League, 2018).

Estudos científicos em diversas áreas do conhecimento, bem como debates políticos em torno do tema na esfera pública, têm sido realizados para tratar do discurso de ódio e do discurso de ódio encoberto, os quais rumam a orientações e encaminhamentos no sentido da regulamentação e responsabilização na web. Tais debates muitas vezes acabam perdendo expressividade em razão de argumentos em prol da liberdade de expressão. Essa bandeira da liberdade de expressão também é invocada por vozes antidemocráticas — e inclusive neofascistas — que, por meio da linguagem, buscam solidificar o poder da supremacia branca e masculina na esfera pública (Brown, 2017). De toda forma, há um misto de elementos culturais, religiosos, legais e culturais que subjetificam discurso de ódio (Li, 2024), tornando esse tema de interesse especial para a ciência.

Preconizamos neste estudo que a igualdade de gênero deve ser alcançada a partir de movimentos *top-down* e *bottom-up*, associativamente: além da via da regulamentação e responsabilização de discurso de ódio e ódio encoberto, mulheres precisam formar movimentos em direção à resiliência e à transformação social, de modo que estejam menos suscetíveis aos efeitos adversos de injúrias dessa natureza.

Nesta investigação, argumentamos que a resiliência informacional alcançada por meio da Competência em Informação contribui para a transformação social: mulheres empoderadas por meio da informação mobilizam recursos — que são conhecimentos, atitudes, habilidades e valores — em direção ao próprio empoderamento e ao empoderamento daquelas em sua volta. A resiliência informacional é um conceito lançado por Hesberger (2010) e apresentado por Lloyd (2015) relacionado à capacidade das pessoas de desenvolver Competência em Informação em tempos de adversidades e incertezas, mobilizando habilidades, conhecimentos e atitudes para engajar-se com a informação, promovendo a adaptabilidade nas situações de stress, trauma ou exposição ao risco. Resiliência informacional concentra-se, nesse aspecto, nas práticas e estratégias que as pessoas adotam para remodelar-se quando há uma ruptura da base de conhecimento, que requer uma reestruturação das paisagens informacionais que reflitam situações e formas de conhecimento alteradas ou modificadas (Lloyd, 2015, pp. 8). Assim, a identificação dessas rupturas e o preenchimento com novos conhecimentos caracterizam a resiliência informacional.

Nesta pesquisa, objetivamos elencar diretrizes para o desenvolvimento de Competência em Informação de mulheres, como uma estratégia para desvencilhá-las do ódio expresso a partir de discurso de ódio e ódio encoberto. Para tanto, propomos: a) apresentar manifestações de discursos de ódio contra mulheres,

evidenciando os aspectos em que se revela a vulnerabilidade sob o ponto de vista do discurso de ódio e ódio encoberto; e b) identificar habilidades, conhecimentos, atitudes e valores relacionados ao desenvolvimento de Competência em Informação que as mulheres podem desenvolver para identificar ódio expresso a partir de discurso de ódio e discurso de ódio encoberto misógenos.

Esta pesquisa trata de um tema de interesse social, estando alinhada aos objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), fazendo parte da agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) para promover um mundo sustentável até 2030. Dentre as metas de interesse deste estudo, estão a 5.1, que compreende “acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte”, além da meta 5.2, que propõe “eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e a exploração sexual de todos os tipos” (Organização das Nações Unidas [ONU], 2024).

2 Revisão de literatura

Nesta seção, apresentamos as bases conceituais e as pesquisas já socializados na comunidade científica que abordam os temas contemplados nesta investigação, a saber: discurso de ódio, discurso de ódio encoberto, vulnerabilidade das mulheres nesse contexto e Competência em Informação como estratégia para resiliência informacional das mulheres expostas ao discurso de ódio em suas orientações explícita e encoberta.

2.1 Discurso de ódio, discurso de ódio encoberto e a vulnerabilidade das mulheres nesse contexto

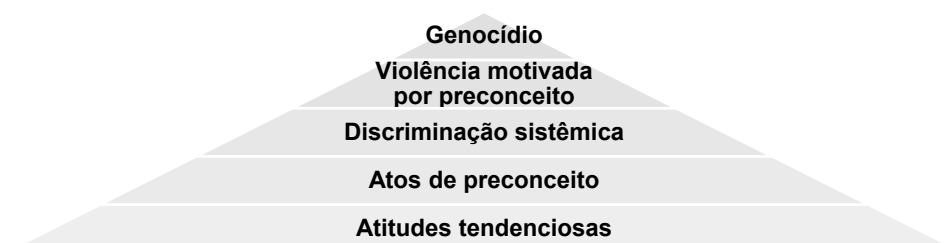
Discurso de ódio é um tema explorado em diferentes áreas acadêmicas (Paz; Monteiro-Díaz & Moreno-Delgado, 2020). Abrange, de forma paradoxal, dois princípios básicos das sociedades democráticas: a liberdade de expressão e o respeito aos direitos humanos de liberdade de pensamento, consciência e religião, além do direito de não sofrer discriminação (Weber, 2009). Discurso de ódio é compreendido como uma expressão que busca difamar um indivíduo por suas características imutáveis, como raça, etnia, nacionalidade, religião, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, idade ou deficiência (Carlson, 2021, pp. 9), sendo representado como um fenômeno estrutural no qual aqueles que detém o poder utilizam ataques verbais e imagens ofensivas para manter sua posição privilegiada na ordem social vigente (Carlson, 2021, pp. 10). Essa definição é muito representativa, uma vez que faz emergir alguns aspectos do discurso de ódio já socializados na literatura sobre o tema: a) não é somente expresso de forma verbal, podendo compreender símbolos, imagens, gestos ou linguagens ainda mais sutis, inclusive sendo compreendidas apenas pelos outros membros do grupo que profere; b) trata-se de expressões de cunho odioso direcionadas a pessoas em razão do seu pertencimento a um grupo social específico (Waldron, 2012); c) de cunho injurioso e até violento, é representado pelas expressões que são proferidas publicamente (Waldron, 2012). Discurso de ódio diferencia-se de mensagens ou comportamentos odiosos em geral, na medida em que opera para oprimir as pessoas na sua condição de pertencente a um grupo social.

Assim, discurso de ódio consiste no emprego dessas expressões por certos indivíduos ou grupos cujo propósito final é a deslegitimação e, em casos extremos, a eliminação do grupo social que, para os agentes de discurso de ódio, não são dignos de participarem do espaço social: as minorias vulneráveis (Waldron, 2012). A Figura 1 apresenta a pirâmide do ódio, que foi concebida pela Anti-Defamation League (2018) e ilustra a prevalência de preconceito, ódio e opressão na sociedade. Está organizada de modo a indicar como os níveis superiores são sustentados pelos níveis inferiores, embora não haja uma hierarquia. Na base da pirâmide, estão as atitudes tendenciosas, manifestadas por meio de estereótipos, de intolerância às diferenças entre grupos sociais, além de justificação de preconceitos por meio da busca por pessoas e fontes com ideias semelhantes. No segundo nível, que representa os atos de preconceito, há comentários insensíveis, piadas tendenciosas e depreciativas, insultos, ridicularização e ofensas. O terceiro nível da pirâmide contempla a discriminação sistêmica: está presente na exclusão de oportunidades de habitação, formação e emprego, além de tratamento desigual no sistema de justiça, na distribuição dos recursos nos serviços públicos, assim como disparidade salarial. O quarto nível contempla a violência motivada por preconceito, que se manifesta por meio de ameaças, agressão, estupro e ataques de outra natureza, incluindo assassinato. O quinto nível, do genocídio, descreve o ato ou intenção de aniquilar deliberadamente e sistematicamente todos os membros do grupo social alvo. Para a Anti-Defamation League (2018), a normalização ou tolerância aos atos da base da pirâmide favorecem a escalada para o topo: embora nem toda atitude ou ato preconceituoso leve ao genocídio, o genocídio ocorre dentro de um sistema de opressão

no qual as atitudes e ações descritas nos níveis inferiores da pirâmide são aceitas. Ainda para a organização, quando desafiamos essas atitudes e comportamentos preconceituosos em nós mesmos, nos outros e nas instituições, podemos interromper a escalada do preconceito e dificultar o florescimento da discriminação e do ódio (Anti-Defamation League, 2018).

Figura 1

Pirâmide do ódio



Nota. Fonte: Adaptado de Anti-Defamation League (2018). *[Início da descrição.]* A Figura apresenta uma pirâmide, a pirâmide do ódio, com cinco níveis, os quais representam os estágios do ódio. O nível da base contempla atitudes tendenciosas, enquanto o segundo nível apresenta atos de preconceito. Nos níveis superiores, há a discriminação sistêmica, a violência motivada por preconceito e, no topo da pirâmide, o genocídio. *[Fim da descrição.]*

Lingiardi et al. (2020) mapearam discursos de ódio e identificaram os grupos sociais mais recorrentes aos ataques dessa natureza: imigrantes, homossexuais, muçulmanos, judeus, pessoas com deficiência e, com mais da metade das ocorrências (60,4% do total), as mulheres.

Mulheres e meninas são, historicamente, grupos vulneráveis. São consideradas pela ONU como um grupo em situação de vulnerabilidade, em razão da exposição à violência, ao dano e à exclusão social. Sob o ponto de vista do patriarcado, mulheres podem sofrer violência, dano ou exclusão quando não atendem às normas e expectativas patriarcais ou, para além disso, quando buscam desafiá-las (Manne, 2018).

Considerando o conceito de justiça social proposto por Young (2011) e a situação de dominância masculina, a opressão se apresenta como uma condição das mulheres perante os homens. Opressão é um processo sistêmico e institucionalizado na sociedade e presente em todos os setores, desde os econômicos até os políticos e culturais (Young, 2011). Enquanto processo estruturado, não necessita de um grupo opressor específico: sendo refletido a partir de práticas frequentemente liberais e ‘humanizadas’, a opressão se revela nos corriqueiros que todas as pessoas da sociedade contribuem para a sua perpetuação, algumas vezes estando mais conscientes disso, e outras vezes nem tanto (Young, 2011). A opressão que se revela, conforme a autora, nos processos sociais institucionalizados, inibe a capacidade das pessoas de agir e comunicar-se com outras, ou de expressar seus sentimentos e perspectivas sobre a vida social em contextos nos quais outros possam ouvir (Young, 2011, pp. 38).

Um ponto característico do discurso de ódio revelado por Richardson-Self (2018) é a sua característica misógina e não simplesmente sexista. Misoginia é uma forma de coerção exercida por aqueles que buscam manter o *status quo* do patriarcado, punindo aquelas que ousarem desafiá-lo. É, para Manne (2018, p. 19), uma propriedade de ambientes sociais nos quais as mulheres estão sujeitas a enfrentar hostilidade em razão da execução e controle de normas e expectativas patriarcais. Misoginia, então, serve para impor a subordinação das mulheres e sustentar a dominação masculina, contra o pano de fundo de outros sistemas interseccionais de opressão e vulnerabilidade. Sua raiz é o ódio às mulheres enquanto grupo social (Manne, 2018), não podendo o discurso de ódio ser confundido com outras injúrias, expressas em linguagem ofensiva e vulgar ou mensagens sexistas.

O discurso de ódio é uma expressão da misoginia (Richardson-Self, 2018). Hoje, usufrui de um contexto favorável para seu surgimento e proliferação, que é o ambiente das redes digitais. De forma geral, o próprio ambiente da web já pressupõe uma estrutura de dominação masculina, branca e heterossexual. Essa estrutura, organizada a partir de algoritmos, foi investigada por Noble (2018), que identificou que os códigos — que são construídos em sua maioria por homens cisgênero heterossexuais — revelam estruturas sexistas e racistas. Mecanismos de busca estão programados para mostrarem resultados sexistas e racistas em primeiro lugar, pois são os resultados mais lucrativos para as empresas, cujos dirigentes são alinhados a ideologias políticas neoliberais e

conservadoras. Para a autora, no ambiente da web o racismo e o sexismo encontram um jeito de chegar até nós (Noble, 2018).

Inclusive, a nocividade desse ambiente também reside nos fenômenos designados como *filter bubbles* (filtros-bolha, para o português) ou *echo chambers* (câmaras de eco, para o português), que são revelados nas comunidades e mídias sociais. Nesses ambientes web, os usuários se isolam no mesmo espaço virtual com pessoas que possuem ideias e visões de mundo similares e, assim, ficam mais fortalecidos ao se conectarem aos outros 'elos' que foram formados a partir de algoritmos. Isso entusiasma agressores a praticar misoginia por meio de discurso de ódio, o que dá origem, por consequência, a criação de um senso de comunidade que impulsiona a propagação de ideologias (Trindade, 2020), muitas delas em direção ao racismo e ao sexismo e, inclusive, em direção à violência contra grupos minoritários.

Além disso, neste ambiente, aos usuários que desejarem alimentar o sistema com mensagens, símbolos ou outras manifestações, está garantido um aparente anonimato, especialmente nos ambientes da *deep web*, como *dark web*, o que também impulsiona a ocorrência de discurso de ódio.

Há, na literatura científica, pesquisadores e grupos de pesquisa que se dedicam a explorar uma das manifestações do discurso de ódio, denominada discurso de ódio encoberto — do inglês *soft hate speech* ou *covert hate speech*. Essas manifestações odiosas encobertas (do inglês *covert*) ou suavizadas (do inglês *soft*), podem ser ainda mais nocivas, por inibir mecanismos de reação por parte dos alvos (Silva & Carvalho, 2023). Discurso de ódio encoberto — geralmente expresso a partir de memes e outras mensagens de humor — pode ajudar a propagar ideias extremistas, ao mesmo tempo em que oculta a agenda política por detrás da mensagem, ganhando adeptos, até mesmo aqueles que não são receptivos às suas posições políticas e ideológicas (Schwarzenegger & Wagner, 2018).

De Lucca e Vitorino (2024) investigaram a literatura sobre a temática e visualizaram que discurso de ódio encoberto opera primordialmente no nível ilocucionário e perlocucionário - nem sempre carrega um sentido odioso e violento, mas impulsiona o ódio e violência por meio de interpretações maldosas de achados científicos, informações distorcidas, teorias da conspiração ou hiperbolização e desproporcionalização de fatos. Traveste-se de humor, ironia e sarcasmo e estabelece rótulos depreciativos às pessoas pertencentes a alguns grupos sociais, ao associar, por exemplo, homossexualidade à pedofilia, bem como imigração ao comportamento delinquente. Há, ainda, a atribuição de expressões ridicularizatórias (rótulos), criadas com o intuito de serem amplamente utilizadas (De Lucca & Vitorino, 2024).

Assim, estratégias de combate ao discurso de ódio e ódio encoberto precisam ir para além da regulação, alcançando a educação, a informação e a capacitação de todas as pessoas: os emissores, os alvos e toda a comunidade envolvida no espaço. Na Ciência da Informação, temos visualizado que as discussões científicas nesse sentido contemplam Competência em Informação, Competência Crítica em Informação e educação em informação, sendo o movimento mais tradicional aquele designado como Competência em Informação, que surgiu em 1974 no cenário da sobrecarga informacional (Zurkowski, 1974).

2.2 Competência em Informação e mulheres: apresentação dos estudos da literatura

A Competência em Informação tem sido compreendida na literatura como o conjunto de habilidades, conhecimentos, atitudes e valores que englobam a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada e o uso da informação na criação de novos conhecimentos e na participação ética nas comunidades de aprendizagem (Association of College and Research Libraries, 2016, pp. 3). Mais recentemente, tem sido popularizada a definição elencada pela The Library and Information Association (2018, pp. 3) que estabelece a Competência em Informação como a habilidade de pensar criticamente e fazer julgamentos equilibrados sobre qualquer informação que encontramos e usamos. Para a associação, esta é uma noção diretamente vinculada ao empoderamento das pessoas, que, por meio da Competência em Informação, desenvolvem opiniões embasadas e se engajam plenamente na sociedade (The Library and Information Association, 2018).

Abordagens vinculadas ao pensamento crítico, empoderamento e emancipação, especialmente para as camadas vulneráveis e direcionadas ao engajamento social — conforme preconiza a declaração da The Library and Information Association (2018) — representam uma tendência para a agenda de pesquisa que foi também sinalizada por Vitorino (2018) e De Lucca e Neubert (2022). A partir desse foco, a Competência em Informação é

visualizada como uma possibilidade para a construção de comunidades cujo propósito inclui a transformação social.

Quando buscamos promover discussões relacionadas à Competência em Informação como estratégia de emancipação das pessoas para a transformação social, é preciso partir do pressuposto daquilo que González de Gómez (2002) mencionou ainda no alvorecer do século XXI: para além de visualizarmos a informação como um instrumento modificador da consciência das pessoas e dos grupos em que elas estão inseridas — definição estabelecida por Barreto (1994) — precisamos compreender que informações são recursos estratégicos e “podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores [...] a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos” (González de Gómez, 2002, pp. 34). Os processos que contemplam a geração, organização e transferência — bem como o compartilhamento ou não — de informação não são neutros, tampouco despretensiosos. São planejados de modo a preservar o *status quo*, atuando para manter e aumentar a dominância dos homens e a subserviência das mulheres.

Visualizamos Competência em Informação como uma estratégia que nos possibilita mantermos atentas a esses fluxos, e direcionar novos fluxos em direção à transformação social. Essa agregação entre a Competência em Informação e a transformação social das mulheres, no âmbito da Ciência da Informação no Brasil, já foi manifestada anteriormente por Doyle e Olinto (2021), Miranda e Alcará (2022), Brisola e Viola (2022), Pellegrini, Marin-Herrera e Vitorino (2023), Neri e Mota (2024) e Silva et al. (2024), por exemplo. Tais estudos vislumbraram possibilidades em torno da noção de Competência em Informação e de Competência Crítica em Informação — um movimento que compartilha com a Competência em Informação a missão em direção à construção de conhecimento — para assegurar direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (Miranda & Alcará, 2022), para mitigar a condição de vulnerabilidade em mulheres trabalhadoras rurais (Pellegrini; Marin Herrera & Vitorino, 2023), para promover experiências que possam vencer os estereótipos de gênero (Doyle & Olinto, 2021) e para promover a inovação social das mulheres, em direção à transformação social (Silva et al., 2024). Neste trabalho, a proposta envolve a compreensão da Competência em Informação como possibilidade frente à injúria linguística que as mulheres estão submetidas nos casos de discurso de ódio e ódio encoberto.

Doyle e Olinto (2021) estabelecem seis categorias que servem como etapas do processo de prática de ensino crítica feminista em Competência em Informação — para as autoras, *Media and Information Literacy* — em direção à desconstrução de estereótipos de gênero. São: Ponto de vista, autocrítica, colaboração, desconstrução, empoderamento e bem viver. Para as autoras, essas iniciativas rumam à desconstrução do patriarcado com vistas à justiça social para mulheres e meninas.

Miranda e Alcará (2022) mapeiam ações de Competência em Informação para o empoderamento das mulheres no que tange aos seus direitos sexuais e reprodutivos e indicam, dentre as possibilidades de ações: a) realização de eventos de saúde em parceria com hospitais locais; b) realização de programas educacionais direcionados aos direitos sexuais e reprodutivos; c) realização de ações de mediação da informação direcionadas à descoberta e uso de informações relacionadas à contracepção, gestação e parto; d) formação para avaliação de fontes de informação que orientem a escolha pelos métodos contraceptivos. As autoras ainda salientam que é dever do poder público a disponibilização de informações seguras que possam orientá-las na tomada de decisão.

Brisola e Viola (2022) advogaram em prol de compreendermos o gênero e o feminismo como uma dimensão de exploração da Competência em Informação — para as autoras, Competência Crítica em Informação. Estabelecem uma dimensão da Competência Crítica em Informação que contempla gênero e feminismos. Indicam que as mulheres, por meio do pensamento crítico e do desenvolvimento da percepção de gênero e feminismos, questionam as relações de poder, se empoderam no seu lugar de sujeitas e não de subalternas e se colocam na posição de luta e resistência a partir da criticidade e da informação. A “relação com a informação se transforma, transformando também as atitudes e as demandas por mais informação e desenvolvimento humano” (Brisola & Viola, 2022).

Pellegrini, Marin-Herrera e Vitorino (2023) investigaram manifestações de Competência em Informação de mulheres rurais integradas a um movimento social de mulheres camponesas. Indicam a necessidade de uma abordagem feminista de educação para a informação, que esteja direcionada para o empoderamento, sendo capaz de “ajudar as mulheres a desafiarem ideologias que justificam a desigualdade social, mudarem os padrões prevalentes de acesso e controle sobre os recursos econômicos, naturais e intelectuais e transformarem as instituições e estruturas que reforçam e sustentam estruturas de poder existentes” (Pellegrini, Marin-Herrera & Vitorino, 2023, pp. 24).

Silva et al. (2024) vinculam a Competência em Informação a um projeto governamental de Economia solidária e protagonismo feminino desenvolvido em um município do Estado do Paraná. Nesse aspecto, indicam habilidades, conhecimentos e atitudes vinculados às quatro dimensões da Competência em Informação: técnica, estética, ética e política, argumentando que a mobilização dessas dimensões, de maneira contextual e reflexiva, contribui para a diminuição de vulnerabilidades sociais e informacionais, constituindo-se, assim, numa estratégia de inovação social. Trata-se de um estudo que vincula as políticas públicas e a inovação social à noção de Competência em Informação.

Neri e Mota (2024) tratam a Competência em informação como parte de uma estratégia para o combate à violência contra a mulher. Definem que essa estratégia compreende: a) informação sobre o que é ser mulher; b) disseminação de informação para combate e prevenção à violência; c) informação sobre serviços; d) informação para empoderamento; e) legislação; d) estruturas de apoio. Os autores ainda ressaltam que os meios de comunicação desempenham um papel imprescindível para a consecução dessa missão, que devem erradicar coberturas sensacionalistas ou estereotipadas.

Assim, já é possível observar na literatura a associação entre Competência em Informação e a transformação social das mulheres, notadamente por meio do despertar crítico para o reconhecimento das desigualdades de gênero e da opressão que pode estar encoberta ou suavizada. Nesse aspecto, tal literatura traz elementos também aplicáveis à vulnerabilidade em informação que as mulheres podem experienciar na ocasião em que se deparam com manifestações de discursos de ódio ou ódio encoberto de origem misógina.

2.3 O Framework em Competência em Informação

O *Framework for Information Literacy for Higher Education* é um documento publicado em 2016 pela Association of College and Research Libraries (2016), uma associação vinculada à American Library Association (ALA). O documento é a solidificação de uma compreensão da Competência em Informação como uma estratégia para o empoderamento e a liberdade por meio da informação. Parte de conceitos-chave (*threshold concepts*) dinâmicos, interconectados e com opções flexíveis de implementação, em vez de um conjunto de padrões ou resultados de aprendizagem, ou outra qualquer relação prescritiva de habilidades (Association of College and Research Libraries, 2016).

São *frames* da Competência em Informação (*threshold concepts*): 1) a autoridade como algo construído e contextual; 2) a criação de informação como um processo; 3) a informação como algo de valor; 4) a pesquisa acadêmica como investigação; 5) a pesquisa acadêmica como uma discussão de ideias; 6) a pesquisa como uma exploração estratégica. Assim, assume-se que a informação é totalmente dependente do seu contexto, e que as necessidades específicas da comunidade interferem na criação, avaliação e definição de níveis de autoridade envolvidos na validação de um conteúdo de informação. Além disso, reconhece-se que conteúdos de informação são construídos e contextuais, e que podem estar imbricadas relações de poder e privilégio (Harker, 2016), além de armadilhas.

O primeiro *frame* — a autoridade como algo construído e contextual — diz respeito aos recursos de informação, ou, mais especificamente, à autoridade envolvida: esses recursos são um reflexo da credibilidade e da expertise dos seus criadores, e são avaliadas com base na informação necessitada e no contexto em que a informação é utilizada (Association of College and Research Libraries, 2016). A autoridade está relacionada à influência exercida e é construída paulatinamente em uma comunidade em um contexto específico. A validade da informação é, muitas vezes, designada a partir dela. Assim, a Competência em Informação envolve o reconhecimento da autoridade na criação da informação e o questionamento das origens e do contexto da criação da informação (Association of College and Research Libraries, 2016).

O segundo *frame* compreende o processo de criação da informação. Parte do pressuposto de que a qualidade da informação está além dos formatos e modos de distribuição. Na verdade, está diretamente relacionada à situação envolvida na ocasião de criar esse recurso, e, dessa forma, os sujeitos são chamados a direcionar a atenção para esse processo. A utilidade da informação também pode ser verificada a partir da compreensão do sujeito acerca dos processos de criação da informação: reconhecer se uma informação atende à necessidade, compreende, nesse sentido, o reconhecimento do processo de criação envolvido (Association of College and Research Libraries, 2016).

O terceiro elemento diz respeito ao valor da informação. São várias as dimensões em que é possível reconhecer esse valor: a informação é um *commodity*, um elemento para a educação, um meio de influência de uns sobre

outros e, ainda, um meio de o sujeito intermediar-se com o mundo e compreendê-lo (Association of College and Research Libraries, 2016). Parte da compreensão de que existem interesses socioeconômicos e legais que influenciam na produção e disseminação de informação e que o poder pode ser exercido por meio da informação, de modo a marginalizar certas vozes. Assim, os sujeitos são chamados a buscar compreender como e por quais motivos alguns grupos podem estar sub-representados ou sistematicamente marginalizados dentro dos sistemas que produzem e disseminam informações e, ainda, reconhecer questões de acesso ou falta de acesso a fontes de informação (Association of College and Research Libraries, 2016).

O quarto *frame* relaciona-se à pesquisa acadêmica como investigação. No documento, os especialistas expõem que o processo de investigação é um processo que envolve a tentativa de solucionar um problema ou situação já existente, mas que transcende esse aspecto. Assim, deve possuir o foco em necessidades sociais, pessoais e profissionais. Os sujeitos são chamados, dessa forma, a formular questões congruentes ao *gap* ou problema encontrado, utilizar métodos de pesquisa compatíveis com a informação necessitada, sintetizar e organizar ideias coletadas de diferentes recursos de informação e elaborar novas informações com base nos dados coletados (Association of College and Research Libraries, 2016).

O quinto elemento também diz respeito à pesquisa acadêmica, mas desloca o foco para o fato de a pesquisa ser uma construção coletiva. Os especialistas expõem que as ideias ganham forma a partir da discussão e da intermediação de diferentes perspectivas e interpretações, em que o sentido, ou seja, o novo conhecimento, é formulado a partir de uma negociação de significados que é iterativa. Assim, os sujeitos são estimulados a buscar discussões em progresso na pesquisa, bem como contribuir para as conversações em andamento na sua comunidade (Association of College and Research Libraries, 2016, página web).

O sexto *frame* compreende o processo de pesquisa como uma exploração estratégica. É um ato que se inicia com uma questão que origina um processo de busca pela solução dessa questão, que é legitimamente uma necessidade de informação. Envolve investigação, descoberta e serendipidade, sendo o ato de buscar uma experiência complexa e contextualizada que afeta e é afetada pelas dimensões afetiva, cognitiva e social daquele ou daquela que pesquisa (Association of College and Research Libraries, 2016).

A partir do *Framework for Information Literacy*, estratégias para o desenvolvimento da Competência em Informação podem ser elencadas no contexto do discurso de ódio e de ódio encoberto.

3 Método

Esta é uma pesquisa de natureza exploratório-descritiva, qualitativa e, de acordo com os procedimentos de coleta de dados, trata-se de uma investigação de cunho bibliográfico e documental. Cada objetivo específico demandou procedimentos metodológicos particulares, e essa relação entre objetivos, procedimentos e análise de dados pode ser compreendida a partir da Tabela 1.

Tabela 1

Relação entre os objetivos específicos e os procedimentos metodológicos

Objetivos	Tipo	Fontes	Análise de dados
a) apresentar manifestações de discursos de ódio contra mulheres [...]	Bibliográfica	Scopus e Web of Science	Análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016)
b) identificar habilidades, conhecimentos, atitudes e valores relacionados ao desenvolvimento de Competência em Informação [...]	Documental	Framework for Information Literacy	Análise baseada nos <i>threshold concepts</i>
	Bibliográfica	BRAPCI	Análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016)

Nota. Fonte: Elaborado pelas autoras (2026). *[Início da descrição.]* Mostra a relação entre os objetivos elencados, os tipos de pesquisa empreendidos para cada objetivo, as fontes consultadas e as análises conduzidas. Com relação ao objetivo específico a), o quadro indica que envolve uma pesquisa bibliográfica nas fontes Scopus e Web of Science, com análise de conteúdo de Laurence Bardin. No caso do objetivo específico b), envolve uma pesquisa bibliográfica na BRAPCI com análise de conteúdo de Bardin e pesquisa documental no documento *Framework for Information Literacy* a partir dos *threshold concepts*. *[Fim da descrição.]*

A partir dos dados apresentados na Tabela 1, é possível compreender que a etapa bibliográfica foi conduzida levantamento bibliográfico em três bases: Scopus e Web of Science para a coleta de manifestações de discursos de ódio contra mulheres e a base BRAPCI para a identificação das habilidades, conhecimentos, atitudes e valores relacionados ao desenvolvimento da Competência em Informação. As estratégias de busca conduzidas em cada base estão disponíveis na Tabela 2 e contemplaram os termos incluídos no título, resumo ou palavras-chave dos documentos. Não há delimitação de idioma, tempo ou formato de publicação. O levantamento foi realizado no mês de março de 2025.

Tabela 2

Resultados do levantamento bibliográfico

Base de dados	Estratégia de busca	Resultados
Scopus	("soft hate speech" OR "hate speech") AND wom*	326
	"covert hate speech" AND wom*	1
	soft hate speech AND wom*	1
Web of Science	("soft hate speech" OR "hate speech") AND wom*	237
	"covert hate speech" AND wom*	1
	soft hate speech AND wom*	1
BRAPCI	Competência em informação AND mulher*	29

Nota. Fonte: Elaborado pelas autoras (2026). *[Início da descrição]* A tabela mostra a relação entre as estratégias de busca, as bases de dados e o total de resultados recuperados. A tabela apresenta três estratégias de busca: uma que contemplou descritores em inglês que associam discurso de ódio e mulher na Scopus, outra que combinou os mesmos termos na Web of Science e a estratégia que contemplou os termos competência em informação e mulher, na BRAPCI *[Fim da descrição]*.

Os resultados recuperados foram submetidos ao processo de Análise de Conteúdo (AC) proposto por Bardin (2016), de modo a oferecer as bases de análise que suportam a apresentação, descrição e interpretação dos resultados. Bardin (2016) estabelece que as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. O processo de análise de conteúdo propriamente dito estrutura-se a partir de três etapas: análise do material (I), codificação (II) e categorização (III).

Nessa investigação, a pré-análise — que se trata de um processo iterativo — envolveu a leitura flutuante dos títulos, resumos e palavras-chave de todos os documentos recuperados na estratégia de busca, para a constituição do corpus. Aplicando a regra de homogeneidade, consideramos úteis para a análise relacionada ao objetivo a) as investigações conduzidas por meio de pesquisa de campo 'com' ou 'sobre' mulheres. Considerando o objetivo de mapear, a partir da literatura, manifestações de discursos de ódio contra mulheres, de modo a identificar os aspectos em que se revela a vulnerabilidade das mulheres sob o ponto de vista do discurso de ódio e ódio encoberto, a aplicação da regra de pertinência para o objetivo requer que os documentos submetidos à leitura flutuante atendam aos critérios de inclusão, que são: a) investigação que contempla alguma manifestação de discurso de ódio contra mulher(es); b) contempla discurso de ódio de natureza misógina, isto é, direcionado para atacar a mulher enquanto pertencente a este grupo social c) investigação que inclui análise sobre as expressões ou manifestações.

São excluídas da análise as investigações que buscaram explorar outros aspectos do discurso de ódio, utilizando as manifestações como objeto. Assim, não foram consideradas úteis para as etapas de codificação e categorização as pesquisas que buscaram explorar ferramentas de detecção automática de discurso de ódio misógino ou modelos de aprendizagem de máquina (*deep learning*); pesquisas que buscaram explorar discurso de ódio de outra natureza, como o discurso de ódio antissemita ou LGBTQIAPN+; estudos que observam discurso de ódio misógino sob o ponto de vista de criminalização ou legislação; discurso de ódio proferido por mulheres; reflexões teóricas sobre discurso de ódio, mesmo que de origem misógina. Além disso, registros inconsistentes e documentos diversos, como editoriais e resumos, foram excluídos da análise.

Tabela 3

Processo de análise de dados: Critérios de exclusão por ordem de aplicação

Objetivo	Critério aplicado (por ordem de aplicação)	Documentos excluídos
a)	Duplicados recuperados na busca dentro da Scopus	4
	Duplicados recuperados na busca dentro da Web of Science	2
	Duplicados recuperados da Scopus para a Web of Science (exclusão aplicada nos documentos da WoS)	139
	Ferramentas de detecção de discurso de ódio, incluindo deep learning	94
	Outras formas de discurso de ódio não-misógino (LGBTQIAP+, interseccionais, antissemitas)	80
	Exploração de discurso de ódio sob outras abordagens, como legislação, criminalização e liberdade de expressão	62
	Reflexões teóricas sobre discurso de ódio ou revisões da literatura	28
	Mulheres emissoras de discursos de ódio	6
	Exploração adjacente de discurso de ódio	59
	Outros documentos	12
	Dados inconsistentes recuperados	3
b)	Duplicados BRAPCI	4
	Discussões teóricas sobre Competência em Informação	9
	Interseccionalidade na discussão sobre Competência em Informação	10
Total de registros excluídos		512
Total de registros selecionados para o <i>corpus</i>		84

Nota. Fonte: Elaborado pelas autoras (2026). *[Início da descrição.]* A tabela apresenta o processo de seleção dos documentos. A primeira coluna apresenta o objetivo vinculado à busca, a segunda coluna apresenta o critério de aplicação selecionado e a terceira coluna apresenta os itens excluídos. São catorze critérios de exclusão, sendo onze para o objetivo a) e três para o objetivo b). Após a aplicação, foram excluídos quinhentos e doze registros, tendo sido selecionados oitenta e quatro registros para o *corpus*. *[Fim da descrição.]*

A Tabela 3 apresenta o total de documentos excluídos durante o processo de seleção do *corpus*, correspondente à etapa de pré-análise sugerida por Bardin (2016). Os dados integrais estão depositados no Zenodo, que se trata de um repositório de dados de pesquisa alinhado aos princípios da Ciência Aberta¹.

A codificação, isto é, a segunda etapa da análise de conteúdo conforme Laurence Bardin (2016), representa uma transformação que, conforme regras precisas, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão. Essa codificação inicia a partir da identificação das unidades de registro, que são os segmentos de conteúdo a serem considerados como as unidades de texto que darão origem aos contextos. O critério para o recorte é sempre de ordem semântica, podendo ser uma palavra ou frase. Há, ainda, as unidades de contexto, que representam unidades de compreensão para codificar as unidades de registro, sendo utilizadas para compreender a significação exata de cada unidade de registro (Bardin, 2016).

A terceira etapa, denominada de Categorização, envolve a classificação dos elementos constitutivos de um conjunto a partir de um agrupamento segundo seu gênero. As categorias são formadas a partir do agrupamento das unidades de registro que é realizado pelo pesquisador de forma a organizar os caracteres comuns desses elementos (Bardin, 2016). Dos critérios de categorização levantados por Bardin (2016), aquele escolhido para essa etapa é o critério semântico: o pesquisador organiza os dados a partir de categorias temáticas. Este trabalho organiza as categorias de forma indutiva, isto é, elas são originadas a partir da identificação de padrões observados nas unidades de registro. A Tabela 4 mostra as unidades de registro identificadas, as unidades de contexto levantadas, os códigos construídos e as categorias originadas a partir dos códigos.

¹ Link do Dataset no Repositório Zenodo: <https://doi.org/10.5281/zenodo.21365883>

Tabela 4

Unidades de registro, unidades de contexto e categorias criadas

Unidade de registro	Unidade de contexto	Codificação	Categoria
Mulheres (M*) chefes de estado	Quem recebe	Mulheres na política e nos espaços públicos, de poder e de liderança, que atuam na formação de opinião pública	Alvo
M* políticas	Quem recebe		
M* pleiteando cargos políticos	Quem recebe		
M* em campanhas políticas	Quem recebe		
M* ativistas feministas	Quem recebe		
M* líderes	Quem recebe		
M* jornalistas investigativas	Quem recebe	Comunicadoras	Emissor
M* jornalistas esportivas	Quem recebe	Mulheres em espaços masculinos	
M* Atletas de futebol	Quem recebe		
Mulheres	Quem emite	Emissores de gêneros distintos e de posições políticas distintas	
Homens	Quem emite		
Grupos de extrema direita com perfil conservador	Quem emite		
Grupos de esquerda	Quem emite	Propagação via ambientes dentro e fora da web	Ambiente
Grupos da ‘Manosfera’	Quem emite		
Grupos da ‘Manosfera’	Por onde se emite		
Redes sociais	Por onde se emite		
Cultos religiosos	Por onde se emite	Discurso de ódio explícito	Representação
Vídeos	Como se emite		
Discursos textuais	Como se emite		
Imagens	Como se emite		
Fotografias adulteradas	Como se emite		
Emojis	Como se emite		
Memes	Como se emite		
Hashtags	Como se emite		
Slogans	Como se emite		
Humor	Como se emite		
Atribuição de rótulos	Mecanismo	Generalizações e estereótipos	Manifestação
Estereotipização	Mecanismo		
Linguagem depreciativa	Mecanismo	Expressões violentas e odiosas	
Insultos	Mecanismo		
Aspectos físicos	Atributos atacados	Ataques pessoais às mulheres pelas características inatas	
Capacidades cognitivas	Atributos atacados		
Animalização	Atributos atacados		

Unidade de registro	Unidade de contexto	Codificação	Categoria
Hipersexualização	Atributos atacados	Uso de expressões vexatórias	
Fake news	Estratégia	Uso de ferramentas de comunicação e de informação para propósitos odiosos	Tática desinformativa
Adulteração de imagem	Estratégia		
Comoção e interpretação	Estratégia		
Impulsionamento artificial	Estratégia		
Silenciamento	Intenção do emissor	Preservação do status quo patriarcal	Propósito
Manutenção da subserviência	Intenção do emissor		
Afastamento do espaço político	Intenção do emissor	Impedimento da participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão	
Exclusão dos espaços sociais	Intenção do emissor		
Enfraquecimento dos direitos	Intenção do emissor		
Fortalecimento do patriarcado	Propósito da emissão	Exclusão social	Efeito
Corrosão da participação política	Propósito da emissão		
Abalo da democracia	Propósito da emissão		
Violência física	Propósito da emissão	Genocídio	
Feminicídio	Propósito da emissão		
Ativismo digital	Como evitar/mitigar	Engajamento coletivo e participação política	Estratégia de resiliência
Criação de coletivos	Como evitar/mitigar		
Florescimento para a causa feminista	Como evitar/mitigar		
Educação	Como evitar/mitigar	Desenvolvimento do pensamento crítico	
Competência midiática	Como evitar/mitigar		
Empoderamento	Como evitar/mitigar		
Educomunicação	Como evitar/mitigar		
Metaconscientização	Como evitar/mitigar		

Nota. Fonte: Elaborado pelas autoras (2026). *[Início da descrição.]* A tabela possui quatro colunas, sendo a primeira designada para as unidades de registro, a segunda para as unidades de contexto, a terceira para as codificações e a quarta para as categorias. São cinquenta e seis unidades de registro, agrupadas em dez unidades de contexto, que são: quem recebe, quem emite, por onde se emite, como se emite, mecanismo de emissão, atributos atacados, estratégia, intenção do emissor, propósito da emissão e como evitar/mitigar. As nove categorias derivadas da análise que estão apresentadas na tabela são: alvo, emissor, ambiente, representação, manifestação, tática desinformativa, propósito, efeito e estratégia de resiliência. *[Fim da descrição.]*

Para a condução da etapa documental, esta pesquisa utilizou como base o documento intitulado *Framework for Information Literacy*, da *Association of College and Research Libraries*. Trata-se de um dos documentos norteadores para as ações de Competência em Informação, apresentando conceitos-chave integrados que contemplam as habilidades, conhecimentos e atitudes que representam a Competência em Informação e seus elementos, especialmente no contexto atual. A análise empreendida é interpretativa e descritiva, sendo apresentada utilizando como pontos de partida os frames da própria estrutura do *Framework*, que já são organizados em categorias temáticas. Nesta pesquisa, os *threshold concepts* servem exatamente para o destino para o qual foram idealizados: um conjunto de conceitos centrais interconectados, com opções flexíveis de implementação, em vez de um conjunto de padrões (Association of College and Research Libraries, 2016). Eles servem tanto como categorias já estabelecidas *a priori* como também como orientação para a interpretação dos resultados, na ocasião em que são entendimentos conceituais que organizam muitas outras ideias e conceitos

sobre informação, pesquisa e conhecimento (Association of College and Research Libraries, 2016). Essa descrição está presente na seção 2.3.

Assim, nesta pesquisa, os *threshold concepts* oferecem a sustentação para que sejam delineados conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em informação no contexto do discurso de ódio e discurso de ódio encoberto. Na seção 5, são apresentadas as diretrizes para o desenvolvimento da Competência em Informação das mulheres, que foram elaboradas de forma interpretativa pelas autoras dessa investigação, a partir das discussões levantadas para atender os objetivos específicos a) e b) e utilizando a estrutura do Framework como ponto de partida. Trata-se, dessa forma, de uma limitação da pesquisa, na ocasião em que as diretrizes são construídas interpretativamente.

4 Resultados da pesquisa

Esta seção está estruturada de modo a apresentar os resultados advindos da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) a respeito das manifestações de discursos de ódio misóginos, de modo a atender o objetivo específico a).

Conforme apresentado na Tabela 5, é possível observar que as unidades de registro originaram as seguintes categorias: alvos de discurso de ódio, emissores, ambientes, representações, manifestações, táticas, propósitos, efeitos e estratégias de com base/resiliência. Os dados são aqui apresentados organizados por categorias e apresentam também os autores que sustentaram as unidades de registro que serviram de base para a construção de cada categoria.

Tabela 5

Resultado dos processos de codificação e categorização

Categoria	Códigos	Autores
Alvo	políticas (candidatas ou ocupantes de cargos); feministas; formadoras de opinião; atletas de esportes predominantemente masculinos; comunicadoras	Picarella (2024); Tarullo, Calvo & Iranzo-Cabrera (2024); Miranda (2023); Alhayan et al. (2024); Blanco-Castilla, Fernández-Torres & Cano-Galindo (2022); Arrieta-Castillo (2024); Duránte-Stolle et al. (2023); Meneguelli & Ferré-Pavia (2024); Skubic & Gaber (2024); Beltrán, Walker & Jara (2023); Zamora-Martinez; Gascón-Vera & Gómez-García (2024)
Emissor	homens emissores; mulheres emissoras; pessoas extremistas políticas; políticos; masculinistas das comunidades Manosfera (Incel, Redpill, MRAs); líderes religiosos	Richardson-Self (2019); Blanco-Castilla, Fernández-Torres & Cano-Galindo (2022); Tarullo, Calvo & Iranzo-Cabrera (2024); Zamora-Martinez, Gascón-Vera & Gómez-García (2024);
Ambiente	Instagram; X (Twitter); Manosfera; cultos religiosos	Arrieta-Castillo (2024); Chan (2022); Lacalle et al. (2024); Moreno Mozos (2023)
Representação	<i>memes</i> ; <i>hashtags</i> ; slogans; conteúdos de humor; imagens e vídeos montados; emojis	Martínez-Sanz, Duránte-Stolle & Simón-Astudillo (2024), Miranda (2023), Tarullo, Calvo & Iranzo-Cabrera (2024); Zamora-Martinez, Gascón-Vera & Gómez-García (2024); Duránte-Stolle et al. (2023); Beltrán, Walker & Jara (2023); Iranzo-Cabrera et al. (2024); Barat (2020)
Manifestação	atribuição de rótulos; insultos e linguagem depreciativa; estereotipização, aspectos físicos; capacidades cognitivas; animalização; hipersexualização	Martínez-Sanz, Duránte-Stolle & Simón-Astudillo (2024); Cascione et al. (2024); Alhayan et al. (2024); Luarasi (2023); Zamora-Martinez, Gascón-Vera & Gómez-García (2024); Lacalle et al. (2024); Blanco-

Categoria	Códigos	Autores
		Castilla; Fernández-Torres & Cano-Galindo (2022); Arrieta-Castillo (2024); Miranda (2023)
Tática	Fake News; adulteração de imagens; comoção e interpretação; impulsionamento artificial de conteúdo	Tarullo, Calvo & Iranzo-Cabrera (2024); Iranzo-Cabrera et al. (2024); Miranda (2023)
Propósito	silenciamento; afastamento do espaço político; manutenção da subserviência; exclusão social de gênero; enfraquecimento dos direitos das mulheres	Picarella (2024); Meneguelli & Ferré-Pavia, (2023); Alhayan et al. (2024); Smith (2022); Salazar-Aguilar, Orellana & Alfaro (2024)
Efeito	fortalecimento do patriarcado e enfraquecimento das mulheres; lenta corrosão da participação política das mulheres; abalo das estruturas democráticas; violência física contra as mulheres e feminicídio	Skubic & Gaber (2024); Chan (2022)
Estratégia de combate/resiliência	Ativismo digital; Educação; Competência Midiática; Florescimento de consciência para a causa feminista; Criação de coletivos para denunciar opressão; Educomunicação; Empoderamento; Meta-conscientização epistemológica	Jo; Choi & Shin (2024); Harmer & Lumsden (2019); Salazar-Aguilar, Orellana & Alfaro (2024); Richardson-Self (2019); Blanco-Castilla; Fernández-Torres & Cano-Galindo (2022); Picarella (2024).

Nota. Fonte: Adaptado de De Lucca (2025). *[Início da descrição]* A Tabela, organizada em 11 linhas e três colunas, apresenta as categorias originadas da análise dos dados e os autores que serviram de base. São as categorias: alvo, emissor, ambiente, representação, manifestação, tática desinformativa, propósito, efeito e estratégia de combate. Apresenta uma sumarização das manifestações apresentadas na pesquisa. *[Fim da descrição.]*

Os resultados referentes à busca pelas manifestações de discurso de ódio contra mulheres indicam que, dentre os alvos mais recorrentes ao discurso de ódio, estão as mulheres com presença nos espaços públicos, digitais ou não. Dentre as mulheres mais propensas, estão aquelas vinculadas à política: sejam as mulheres ocupantes de cargos políticos ou em campanha. Mulheres comunicadoras, em especial as jornalistas, também sofrem essa injúria linguística. Mulheres que ocupam espaços tradicionalmente masculinos também são mais vulneráveis a discurso de ódio.

Os emissores de discurso de ódio e discurso de ódio encoberto são predominantemente homens, embora em alguns mapeamentos apareça também o gênero feminino como emissor, numa proporção três a quatro vezes menor. Ainda, há tendência de que os emissores de discurso de ódio também tenham orientação política mais vinculada à direita e extrema direita. O ambiente mais comum para esse tipo de manifestação é a web, e em especial as mídias sociais. Há uma recorrência, principalmente nos últimos anos, de investigações científicas sobre discurso de ódio na chamada Manosfera. No entanto, há também outros espaços onde mulheres podem estar particularmente vulneráveis, como por exemplo os cultos religiosos.

Com relação ao formato das manifestações, discurso de ódio é proferido de forma verbal ou textual. Formas mais sutis também foram identificadas: é o caso de memes e imagens — como fotografias e *cartoons* — muitas vezes adulterados, fotocollagens e, ainda, recursos ainda mais sutis, como os emojis. Há ainda o uso expressivo de *hashtags*. São utilizadas para que os usuários se engajem coletivamente em torno de um tópico. No caso específico do discurso de ódio, serve, ainda, como uma estratégia de atribuição de rótulos que, ao transmitirem estereótipos por meio de mensagens simples, também funcionam para o propósito de manipulação da opinião pública. É o caso, por exemplo, da hashtag *#feminazis*, que é uma tentativa de atribuição de rótulos às mulheres

feministas ao associá-las ao nazismo em virtude da pauta da legalização do aborto, o qual é rotulado como feticídio pelos emissores. Assim, *hashtags* são utilizadas como ferramenta para promover um contramovimento, útil para enfraquecer o debate da legalização do aborto. Outras *hashtags* que buscam associar mulheres ao comportamento disfuncional também foram levantadas, como #femilocas (femiloucas), #psicópatas (psicopatas), #retrasadas (retardadas), dentre outros rótulos depreciativos ao gênero. Há também, sob o ponto de vista da mesma estratégia de rotulagem, o uso de slogans, como por exemplo “*I love patriarchy*” (eu amo o patriarcado) e “*Stop Feminazis*” (pare as Feminazis).

O humor foi identificado como uma estratégia que desprende os emissores da responsabilização pelo conteúdo injurioso, pois agressores, nessa situação de confrontação, podem assumir uma postura de negação. Outras estratégias mais claras também foram identificadas: insultos, linguagem depreciativa ou difamação. Quanto à característica desses insultos, é comum que discursos de ódio se refiram de forma maliciosa ao aspecto físico das mulheres, além de aparência e o vestuário, além do comportamento, rotulado como desajeitado e enganoso. Além da aparência física e do comportamento, são também tecidas críticas com relação à competência e integridade para pertencer ao cargo que ocupam. Há hipersexualização dos seus corpos e exposição explícita de imagens resultantes de violência física.

Ataques às mulheres também estão direcionados às suas características imutáveis e ao seu pertencimento a grupos sociais específicos: discurso de ódio também pode ser manifestado de forma interseccional para as mulheres que acumulam outros marcadores sociais da diferença. Mulheres racializadas, membras de grupos religiosos minoritários e LGBTQIAPN+ parecem, de acordo com os achados, serem mais vulneráveis aos discursos de ódio.

Essas ocorrências também podem estar vinculadas a estratégias desinformação, que incluem a comoção, a inundação, a desorientação e a generalização — se utilizarmos as categorias de desinformação. Foram identificadas manifestações de discurso de ódio embutidas em formas clássicas de desinformação, como é o caso das tradicionais Fake News, que imitam conteúdos jornalísticos, além de websites pseudo-informacionais, conectados com ideologias da extrema direita, apresentando uma linha editorial agressiva e sem transparência sobre a autoria da notícia.

Outra forma clássica de desinformação identificada é por meio de fotomontagens. Essa estratégia é útil para gerar um cenário descontextualizado, em direção à promoção de estereótipos que retratam mulheres como manipuladoras, mentirosas, dramáticas e violentas. As fotomontagens também são úteis para criar narrativas em direção à manipulação da opinião pública, e usam estratégias como a comoção e a interpretação. Há, nos conteúdos desinformativos, impulsionamento e engajamento de discurso de ódio misógino de forma não-orgânica, com o uso de contas falsas para duplicar mensagens com conteúdos idênticos.

Foram também levantadas na investigação estratégias de resiliência para o combate ao discurso de ódio e de ódio encoberto, seja por mulheres expostas a esses discursos ou não. Jo et al. (2024) investigaram a exposição de mulheres universitárias da Coreia do Sul aos atos misóginos e os achados revelaram um paradoxo: quando expostas ao discurso de ódio misógino, as mulheres que apresentaram consciência feminista, isto é, estavam atentas à desigualdade de gênero e aos seus efeitos, estavam mais propensas a reagirem com ativismo digital, abandonando a postura silenciosa que é marca da opressão. Por outro lado, mulheres desatentas às dinâmicas da desigualdade de gênero e que apresentavam um viés político conservador desalinhado ao feminismo tornaram-se espectadoras silenciosas e ainda mais vulneráveis ao potencial opressor. Assim, discurso de ódio, em algumas situações, pode ser um impulsionador para o empoderamento e, consequentemente, catalisador para engajamento e participação política, ou, ainda, agravar a marginalização das mulheres e intensificar sua condição de opressão (Jo et al., 2024).

A resistência ao discurso de ódio misógino pode ser manifestada por meio de ativismo feminista, evidenciado, por exemplo, no uso de *hashtags* para engajamento e empoderamento, na participação das mulheres em fóruns online para denunciarem casos de assédio, racismo e marginalização, e mobilização digital para reunirem-se em torno de pautas para lutar contra o patriarcado. Tal resistência pode ser desenvolvida por meio da capacitação para identificação de situações de violência, por meio de uma meta-conscientização epistemológica, educação e o desenvolvimento de competência (midiática, informacional, de gênero etc.), que permitam desenvolver o pensamento crítico para identificar informações questionáveis e para compreender as estruturas que direcionam as informações veiculadas na mídia e de uso das mídias sociais.

5 Discussão

A coleta das manifestações de discursos de ódio sumarizada na seção 4 indica que os propósitos do discurso de ódio são: a) reivindicar um território - online ou offline - como pertencente ao perpetrador e seu grupo, reforçando as identidades aceitáveis e aquelas não aceitáveis para aquele ambiente; b) impedir a liberdade de expressão e debate amplo de ideias que não atendam aos interesses do patriarcado; c) promover o silenciamento das mulheres, seu afastamento do ambiente público e político; d) promover o enfraquecimento dos direitos das mulheres e o abalo das estruturas democráticas - em suma, o agravamento da opressão e o aumento da desigualdade de gênero.

Manne (2018) salientou que mulheres podem sofrer violência quando não atendem às normas e expectativas patriarcais ou, para além disso, quando buscam desafiar-las. Observando, a partir dos dados, os grupos de mulheres que costumam ser alvos mais frequentes aos discursos de ódio, identificamos os grupos de mulheres que buscam desafiar o patriarcado nos setores em que ele está institucionalizado, como a política e o esporte. Mulheres comunicadoras também costumam ser alvos, uma vez que podem desafiar o *status quo* patriarcal ao influenciarem a formação de opinião pública em direção à igualdade de gênero. Não à toa, quanto maior a visibilidade da jornalista, mais discurso de ódio é recebido (Blanco-Castilla; Fernández-Torres; Cano-Galindo, 2022). Outras evidências apontadas nos dados – como, por exemplo, discurso de ódio manifestado a partir de atribuições de rótulos vinculando o feminismo ao nazismo e ao desvio de comportamento, trazem ainda mais sustentação para essa interpretação: mulheres que desafiam o patriarcado e buscam igualdade de gênero são alvos especiais.

Os dados sobre emissores de discursos de ódio também levantam uma questão intrigante: a presença de mulheres dentre os emissores de discursos de ódio misóginos. Em Young (2011), foi possível perceber que a opressão é um processo social institucionalizado, que é alimentado inclusive por aqueles que não se dizem 'opressores'. A manipulação da opinião pública contra a agenda feminista, a partir de cortinas de fumaça como a 'ideologia de gênero' é especialmente útil para a mobilização de mulheres contra pautas da agenda feminista. Andam de mãos dadas com o movimento antifeminismo o conservadorismo religioso e a orientação política à extrema direita. Inclusive, em Frotté e Teixeira (2025) observamos que a religiosidade é um ponto central para a articulação de sentimentos, valores e medos em direção à estigmatização do feminismo.

A presença de grupos masculinistas como emissores ilustra a tendência de recrudescimento de discurso de ódio, notadamente em razão da ascensão dos movimentos políticos ultraconservadores e de grupos masculinistas online, como os *redpills* (Fórum Brasileiro da Segurança Pública, 2025). Isso também parece indicar uma institucionalização desse 'senso de comunidade' propiciado a partir da participação masculina nesses ambientes online, onde a interação possibilita engajamento e o anonimato garante a impunidade. Essa situação pode ser resolvida com políticas de responsabilização e de transparência no ambiente da web, que no Brasil sofrem resistência de partidos políticos conservadores que utilizam justificativas como o cerceamento à liberdade de expressão para impedir qualquer chance de ter aprovadas legislações em direção à responsabilização. Nesse aspecto, não há progresso a ser vislumbrado em curto prazo.

Outra evidência que sustenta essa interpretação está nos dados sobre os ambientes mais propícios para ocorrências de discursos de ódio misóginos: o ambiente virtual se mostrou central nos resultados. Em consequência, manifestações comuns levantadas nos dados também são aquelas adaptadas para a linguagem da web: memes, hashtags, imagens em movimento, emojis e vídeos montados estão dentre as ocorrências mais comuns, e encontram engajamento ao utilizarem estratégias como a atribuição de rótulos e a esteiotipização.

As expressões de discurso de ódio reveladas na literatura também nos auxiliam a refletir sobre os níveis do discurso de ódio, com base na Pirâmide do ódio criada pela Anti-Defamation League (2018). Discurso de ódio tem se manifestado a partir de expressões que designam todos os níveis da pirâmide: nos níveis mais baixos, busca-se encontrar argumentos racionais para justificar estereótipos e disparidades de gênero. Nos níveis mais altos, revela-se o insulto e ataque aos aspectos físicos e ao comportamento das mulheres. A hipersexualização dos corpos e a exposição explícita de imagens resultantes de violência física alcançam níveis mais altos da pirâmide, onde se encontra a violência motivada por preconceito. Se observarmos os achados de De Lucca e Vitorino (2024) e contrastarmos com os resultados dessa investigação, observamos discurso de ódio encoberto nos níveis mais baixos da pirâmide: revelam-se em interpretações maldosas de achados científicos, estabelecimento de rótulos e expressões ridicularizatórias. No discurso de ódio explícito, pode haver expressões deliberadamente violentas.

Estratégias de combate e de reversão dos efeitos de discurso de ódio e discurso de ódio encoberto estão em direção ao ativismo digital, educação e mobilização. Dois pontos parecem ser centrais nos resultados: a conscientização das mulheres em direção ao florescimento não só da causa feminista como também das agendas raciais e de classe, e a promoção de informação, tanto por meio da educação, quanto por meio de competência midiática e de educomunicação. Neste texto, argumentamos no sentido de Competência em Informação.

6 Diretrizes para o desenvolvimento da Competência em Informação de mulheres e meninas

A partir dos resultados elencados na seção 4 e discutidos na seção 5, é possível construir, de forma interpretativa, um conjunto de diretrizes para o desenvolvimento da Competência de mulheres e meninas, especificamente no contexto dos discursos de ódio.

Sob o ponto de vista da formação em Competência em Informação para meninas e mulheres e, considerando os elementos do *Framework for Information Literacy* como pressupostos para o desenvolvimento englobado desse conjunto de capacidades, podemos conceber aqui diretrizes para o desenvolvimento desta competência no contexto da vulnerabilidade de mulheres e meninas nesse contexto. São elas:

- a) Pessoas que desenvolvem a Competência em Informação compreendem que a autoridade é construída e contextual: esta é um tipo de influência reconhecida ou exercida dentro de uma comunidade (Association of College and Research Libraries, 2016). Essas pessoas reconhecem os diferentes preconceitos que privilegiam algumas fontes de autoridade em detrimento de outras, especialmente quando estão em questão de convicções pessoais, de gênero ou orientação sexual (Association of College and Research Libraries, 2016). No contexto do discurso de ódio misógino, envolve a compreensão da estrutura patriarcal que direciona mensagens e fluxos des(informacionais) em direção à manutenção do *status quo* do patriarcado e no sentido da manutenção das desigualdades de gênero. Mulheres e meninas podem definir tipos de autoridade, incluindo a posição que o emissor da mensagem ocupa na sociedade. Além disso, utilizam ferramentas de investigação para determinar a autoridade das fontes. Por meio da compreensão da autoridade envolvida, identificam aspectos desinformacionais das mensagens, que podem embutir discurso de ódio e sexismos. Assumem uma postura crítica em relação às mensagens recebidas, até que as fontes de autoridade da informação sejam identificadas e os vieses e correntes de pensamento imbricados sejam esclarecidos. Ainda, desenvolvem a autocrítica com relação a suas próprias visões de mundo, uma vez que experiências informacionais bem-sucedidas são construídas a partir do questionamento dos próprios pressupostos arraigados. Reconhecendo também que a autoridade é construída pelos membros da comunidade, mulheres e meninas podem formar coletivos em direção à construção de informação feminista, que ponham em suspensão características do pensamento patriarcal que podem estar embutidas nas opiniões das pessoas;
- b) Pessoas que desenvolvem Competência em Informação compreendem a criação da informação como um processo, e reconhecem que a informação — sob qualquer formato — é produzida para transmitir uma mensagem e é partilhada através de um meio de comunicação preciso (Association of College and Research Libraries, 2016). No contexto do discurso de ódio, reconhecem que conteúdos podem ser criados com o propósito de propagar ódio e extremismo, sendo o formato das mensagens adaptado para maior engajamento. Identificam o contexto de criação da mensagem e seu propósito: conteúdos de humor, *memes* e *slogans*, que podem ser úteis para a atribuição de rótulos, para insultos e estereotipização. Mulheres e meninas estão atentas às dinâmicas imbricadas no processo de criação;
- c) Pessoas que desenvolvem Competência em Informação compreendem que a informação possui diferentes dimensões de valor: como produto, como instrumento de educação, como fator de influência, de negociação e de compreensão do mundo e das outras pessoas. Reconhecem que a produção e a divulgação da informação são influenciadas pelos interesses legais e socioeconômicos: o valor da informação pode ser exercido por interesses poderosos de forma a marginalizar certas fontes (Association of College and Research Libraries, 2016). Mulheres e meninas estão atentas à dinâmica dos algoritmos da web, que são construídos para disseminarem sexismo e misoginia e operam para trazerem resultados lucrativos para as empresas. Pessoas que desenvolvem Competência em Informação reconhecem que há disparidades no acesso à informação para determinados grupos sociais — em condição de marginalização e opressão — além de desinteresse na promoção de experiências informacionais bem-sucedidas para esses grupos. Mulheres e meninas desenvolvem a própria Competência em Informação e das pessoas em sua volta quando valorizam e

promovem informações e conhecimentos construídos por grupos marginalizados e promovem o acesso à informação para a redução das iniquidades sociais — que podem ser também informacionais;

- d) Pessoas que desenvolvem Competência em Informação assumem uma atitude questionadora, reconhecendo que a curiosidade intelectual é a chave para o atendimento das necessidades de informação (Association of College and Research Libraries, 2016). O apreço pelo conhecimento e o compromisso contínuo pela informação, pela formação e pelo aprendizado contínuo, além da humildade intelectual são imprescindíveis para o aflorar da consciência, que possibilita que mulheres e meninas possam “ir para o exterior da pelagem do coelho” (como no romance *O mundo de Sofia*) e, a partir desse ângulo, reconhecer-se em si mesmas e nas suas próximas;
- e) Pessoas que desenvolvem Competência em Informação compreendem que a colaboração é essencial para a construção das experiências informacionais. O diálogo e a participação colaborativa na construção de ideias favorecem a construção de múltiplas respostas, obtidas a partir de perspectivas distintas, que tendem a tornar as experiências informacionais mais transformadoras (Association of College and Research Libraries, 2016). Reconhecem que não são somente consumidoras de informação, mas participantes ativas do ecossistema informacional. Mulheres e meninas podem desenvolver a competência em informação engajando-se na construção de rotas informacionais, reconhecendo que esta missão também implica numa responsabilidade coletiva e compartilhada;
- f) Pessoas que desenvolvem Competência em Informação reconhecem que as experiências informacionais não são lineares, mas sim iterativas: o contato com múltiplas fontes de informação e diferentes vieses favorecem a flexibilidade mental (Association of College and Research Libraries, 2016), combustível para a serendipidade, evidenciada nas descobertas afortunadas em informação. Reconhecem que a criatividade é fundamental para a construção de experiências informacionais virtuosas, além do desenvolvimento de capacidades que sejam úteis para transitar entre os diferentes sistemas de informação. Mulheres e meninas que desenvolvem a Competência em Informação, nesse aspecto, reconhecem que a orientação de especialistas é fundamental para promover informações em direção à construção de conhecimento: bibliotecas, museus, arquivos, centros de informação e documentação são ambientes favoráveis para a criatividade e serendipidade.

Aqui, é importante salientar que essas diretrizes não se esgotam em si mesmas: elas constituem, na verdade, como uma das estratégias para a resiliência de mulheres e meninas no ambiente informacional, como um movimento que estabelecemos acima como *bottom-up*, de consciência coletiva das mulheres em direção à resiliência informacional e transformação social. Inclusive, o sucesso do movimento também inclui a agregação de todas as pessoas em direção não só à eliminação da estrutura patriarcal, mas sim de todas as estruturas que sustentam a desigualdade e a injustiça social dos vulneráveis e oprimidos.

Além disso, essas estratégias devem ser combinadas com movimentos *top-down*, que incluem a promoção de formas facilitadas de denúncia de assédio e violência online; criação de estratégias para contemplar o tema da opressão da mulher para o debate público, de modo a desconstruir a falácia da neutralidade de gênero; desconstruir culturalmente o arcabouço construído que pressupõe a internet como uma esfera pública. Este último aspecto inclui o avanço de legislações e de políticas públicas de transparência e responsabilidade na internet, como é o caso, no Brasil, do PL 2630, que tramita desde 2020 e, até a finalização deste texto, em meados de 2026, ainda aguarda deliberação, em virtude de resistência de parte dos membros do legislativo — políticos voltados à direita e extrema direita — à sua aprovação.

7 Conclusões

Nesta investigação, o mapeamento das manifestações de discurso de ódio e ódio encoberto contra mulheres nos possibilitou reconhecer a estrutura patriarcal por detrás da experiência das mulheres e meninas na sociedade, que transcende o contexto informacional.

Competência em informação representa uma estratégia de resiliência informacional nesse contexto: a partir do desenvolvimento da Competência em Informação, mulheres e meninas conscientizadas podem ser capazes de construir pensamento crítico e se mobilizarem para agir na direção contrária da opressão. Empoderamento, liberdade e cidadania são termos que, desde o início da jornada da Competência em Informação, são associados ao movimento. No contexto do discurso de ódio, ganham dimensões no combate à estrutura patriarcal e a opressão das mulheres.

Uma condição básica revelada nos achados e uma pauta muito discutida na agenda feminista inclui a mobilização coletiva de todos os grupos de oprimidos: iniciativas para a libertação das mulheres da situação de opressão também requerem iniciativas para que todos os grupos oprimidos também possam libertar-se dessa condição. É aquilo que bell hooks menciona reiteradamente: raça, gênero e classe devem caminhar juntos para o aprendizado transformador com foco na mudança prática. Raça, gênero e classe são metas do pensamento crítico e o único caminho para a libertação (hooks, 2022).

As diretrizes aqui elencadas foram construídas com base no *Framework for Information Literacy*, avaliado por essas autoras como uma matriz atual e pertinente, considerando as mudanças epistemológicas e conceituais que o movimento da Competência passou durante sua história de mais de 50 anos. No entanto, é preciso indicar que se trata de um modelo criticado por outros autores da área, como é o caso de Bombaro (2016), que considera o Framework contraintuitivo, elitista e complexo para os bibliotecários da 'linha de frente' (Bombaro, 2016). Assim, o alcance das diretrizes para todas as pessoas, conforme mencionado por Bombaro (2016), depende da sua reconstrução a partir de estratégias mais intuitivas e práticas, desenvolvidas pelas pessoas bibliotecárias em unidades de informação. O alcance dessa meta de resiliência informacional depende também da colaboração da comunidade profissional.

Além disso, é preciso salientar que as diretrizes aqui apresentadas são limitadas em virtude da estrutura interpretativa da análise dos dados e da discussão. São limitadas em seu contexto, porém são úteis para a aplicação em bibliotecas, escolas, centros comunitários ou espaços coletivos para mulheres e meninas.

Vislumbramos que as diretrizes aqui elencadas também sirvam de apoio para pesquisas futuras, que podem explorar diferentes aplicações em Educação para a Competência em Informação para tais propósitos. Por fim, esperamos que a pesquisa contribua, ainda que de modo limitado, para a mobilização social, profissional e científica em torno daquilo que Young (2011) preconiza como justiça social: um grau em que a sociedade possa alcançar quando puder sustentar as condições institucionais necessárias para que todas as pessoas exerçam os próprios talentos, expressem a própria experiência e participem na determinação da própria ação e das suas condições.

Referências

- Alhayan, F., Almobarak, M., Shalabi, H., Alshubaili, L., Albatati, R., Alqahtani, W., & Alhaidari, N. (2024). Detection of cy-berhate speech towards female sport in the Arabic Xsphere. *PeerJ Computer Science*, 10, e2138. <http://doi.org/10.7717/peerj-cs.2138>
- Anti-defamation League (2018). *Pyramid of hate*. 2025. <https://www.adl.org/sites/default/files/documents/2025-04/Pyramid-of-Hate-2025.pdf>
- Arrieta-Castillo, C. (2024). Manosfera y fútbol femenino: análisis del discurso misógino en la comunidad virtual del diario Marca. *ICONO 14: Revista Científica de Comunicación y Tecnologías Emergentes*, 22(1), e2089. <https://doi.org/10.7195/ri14.v22i1.2089>
- Association of College and Research Libraries (ACRL) (2016). *Framework for Information Literacy for Higher Education*. ACRL. http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/infolit/Framework_ILHE.pdf.
- Barát, E. (2020). Gender Studies as “Gender Ideology” in right-wing populist political discourse in Hungary. *Baltic Worlds: A scholarly journal and news magazine*, 13(1), 21-30. https://research.ceu.edu/ws/portalfiles/portal/5357064/Barat-Erzsebet_2020.pdf
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Barreto, A. (1994). A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*, 8(4). <https://bibliotextos.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/03/a-questao-da-informac3a7c3a3o.pdf>
- Beltrán, J., Walker, P., & Jara, R. (2023). Hate and Incivilities in Hashtags against Women Candidates in Chile (2021–2022). *Social Sciences*, 12(180), 1-15. <https://doi.org/10.3390/socsci12030180>
- Blanco-Castilla, E., Fernández-Torres, M. J., & Cano-Galindo, J. (2022). “Disinformation and hate speech toward female sports journalists”. *Profesional de la información*, 31(6), e310613. <https://doi.org/10.3145/EPI.2022.NOV.13>.

- Bombaro, C. (2016). The framework is elitist. *Reference Services Review*, 44(4), 552-563. <https://doi.org/10.1108/RSR-08-2016-0052>.
- Brisola, A. C., & Viola, C. M. M (2022). Dimensão da competência crítica em informação de gênero e feminismos: um aprofundamento necessário. In *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* (Eds.). XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Porto Alegre, RS. <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiiencib/paper/viewFile/1134/773>.
- Brown, W. (2017). *The big picture: defending society*. Public Books: the magazine of ideas, arts, and scholarship, New York. <https://www.publicbooks.org/the-big-picture-defending-society-reprint/>.
- Butler, J. (2021). *Discurso de ódio: uma política do performativo*. Editora Unesp.
- Carlson, C. R. (2021). *Hate Speech*. MIT Press.
- Cascione, A., Cerulli, A., Manerba, M. M., & Passaro, L. (2024). Women's professions and targeted misogyny online. In *Italian Conference on Computational Linguistics*, CLiC. Pisa, Itália. <https://aclanthology.org/2024.clicit-1.22.pdf>
- Chan, E. (2022). Technology-Facilitated Gender-Based Violence, Hate Speech, and Terrorism: A Risk Assessment on the Rise of the Incel Rebellion in Canada. *Violence Against Women*, 29(9), 1687-1718. <https://doi.org/10.1177/10778012221125495>.
- De Lucca, D. M. & Vitorino, E. V. (2024). Competência em Informação no contexto do discurso de ódio encoberto. In *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* (Eds.). XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Vitória, ES. https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/1097.
- De Lucca, D. M., & Neubert, P. (2022). Abordagens temáticas da competência em informação: uma análise temporal a partir da produção científica indexada na Web of Science(1974-2019). *Em Questão*, 28(4), e-122771. <https://doi.org/10.19132/1808-5245284.122771>.
- Doyle, A., & Olinto, G. (2021). Práticas de ensino críticas de Competência em Informação, Mídias e Tecnologias Digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero. *Informação & Informação*, 26(4), 575-594. https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44390/pdf_1.
- Durántez-Stolle, P., Martínez-Sanz, R., Piñeiro-Otero, T., & Gómez-García, S. (2023). "Feminism as a polarizing axis of the political conversation on Twitter: the case of #IreneMonteroDimision". *Profesional de la información*, 32(6), e32060. <https://doi.org/10.3145/epi.2023.nov.07>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2025). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/03/relatorio-visivel-e-invisivel-5ed-2025.pdf?v=13-03>
- Frotté, B. B., & Teixeira, M. S. (2025). Mulheres antifeministas na política brasileira: a mobilização da 'ideologia de gênero' como pauta estratégica. *SciELO Pré-prints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13254>
- González de Gómez, M. N. (2002). Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, 31(1), 27-40. <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975>.
- Harker, Y. S. (2016). Legal information for social justice: the new ACRL Framework and Critical Information Literacy. *Legal Information Review*, 2(1), 19-60. <https://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/leinfov2&id=26&collection=journal>.
- Harmer, E., & Lumsden, K. (2019). Online othering: an introduction. In K. Lumsden, & E Harmer (Eds.). *Online Othering: Exploring Digital Violence and Discrimination on the Web*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-12633-9>
- hooks, b. (2022). *Escrever além da raça: teoria e prática*. Editora Elefante.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Censo Demográfico*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>
- Iranzo-Cabrera, M., Castro-Bleda, M. J., Simón-Astudillo, I., & Hurtado, L-F. (2024). Journalists' Ethical Responsibility: Tackling Hate Speech Against Women Politicians in Social Media Through Natural

- Language Processing Techniques. *Social Science Computer Review*, 43(3), 1–28.
<https://doi.org/10.1177/08944393241269417>
- Jo, J. I., Choi, H. J., & Shin, H. Y. (2024). Double-Edged Sword? The Impact of Online Misogyny on Female College Students' Digital Activism in the Post-COVID-19 Era. *Violence Against Women*, 31(9).
<https://doi.org/10.1177/10778012241254858>
- Lacalle, C., Gómez-Morales, B., Vicent-Ibáñez, M., & Narvaiza, S. (2024). 'Seals', 'bitches', 'vixens', and other zoomorphic insults: the animalisation of women as an expression of misogyny in the Spanish Manosphere. *Cogent Arts & Humanities*, 11(1), e2298056.
<https://doi.org/10.1080/23311983.2023.2298056>
- Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Cultrix.
- Li, X. (2024). Hate speech against women on social media: Case study analysis in Asia. *Environment and Social Psychology*, 9(12), 3220, 2024. <https://doi.org/10.59429/esp.v9i12.3220>.
- Lingiardi, V., Carone, G., Semeraro, G., Musto, C., D'amico, M., & Brena, S. (2020). Mapping Twitter hate speech towards social and sexual minorities: a lexicon-based approach to semantic content analysis. *Behaviour & Information Technology*, 39(7), 711-721. <https://doi.org/10.1080/0144929X.2019.1607903>.
- Lloyd, A. (2015). Stranger in a strange land: enabling information resilience in resettlement landscapes. *Journal of Documentation*, 71(5): 1029–1042. <https://doi.org/10.1108/JD-04-2014-0065>.
- Luarasi, I. (2023). Quantifying sexism and hate speech: a comprehensive analysis of Albanian online media. *Journal of Educational and Social Research*, 13(6), 119. <https://doi.org/10.36941/jesr-2023-0152>
- Manne, K. (2018). *Down girl: the logic of misogyny*. Oxford University Press.
- Martínez-Sanz, R., Duránte-Stolle, P., & Simón-Astudillo, I. (2024). Los memes como discurso de odio: Violencia, humor y crítica en torno a la imagen de Irene Montero. *Revista Internacional de Cultura Visual*, 16(2), 1-16. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9456640>
- Meneguelli, G., & Ferré-Pavia, C. (2024). El discurso de odio contra Dilma Rousseff desde la perspectiva semiolingüística. *Revista Estudos Feministas*, 32(1), e87865. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n187865>.
- Miranda, A. M. M., & Alcará, A. R. (2022). Debates iniciais sobre o papel da Competência em Informação no acesso à informação sobre direitos sexuais e reprodutivos. In *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* (Eds.). XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Porto Alegre. <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiiencib/paper/viewFile/957/572>.
- Miranda, S. (2023). Analyzing Hate Speech Against Women on Instagram. *Open Information Science*, 7(1), 20220161. <https://doi.org/10.1515/opis-2022-0161>.
- Moreno Mozos, M. D. M. (2023). El discurso de odio por razón de género en los pronunciamientos públicos de jerarcas religiosos. *Revista de Derecho Político*, 0(118), 229-260.
<https://doi.org/10.5944/rdp.118.2023.39104>
- Neri, G. S., & Mota, F. R. L. (2024). Competência em informação com vistas à mulher em situação de violência. *Logeion: Filosofia da informação*, 10(2), 1-13, e-6735. <https://doi.org/10.21728/logeion.2024v10n2e-6735>.
- Noble, S. (2018). *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York University Press.
- Organização das Nações Unidas. (2025). *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- Paz, M. A., Montero-Díaz, J., & Moreno-Delgado, A. (2020). Hate Speech: A Systematized Review. *SAGE Open*, 10(4). <https://doi.org/10.1177/2158244020973022>.
- Pellegrini, E., Marin Herrera, K., & Vitorino, E. V. (2023). Princípios para o desenvolvimento da Competência em Informação de mulheres rurais sob a perspectiva do empoderamento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 28, e41086. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/41086>.

- Picarella, L. (2024). Democratic Culture and Digital Ecosystems: Women's Political Participation in Latin America. *Journal of Liberty and International Affairs*, 10(3), 14-27. <https://doi.org/10.47305/JLIA24103014p>
- Richardson-Self, L. (2018). Woman-Hating: On Misogyny, Sexism, and Hate Speech. *Hypatia: a journal of feminist philosophy*, 33(2), 256-272. <https://doi.org/10.1111/hypa.12398>.
- Richardson-Self, L. (2019). Cis-s-Hetero-Misogyny Online. *Ethical Theory and Moral Practice*, 22(1), 573–587. <https://doi.org/10.1007/s10677-019-10019-5>.
- Salazar-Aguilar, J. P., Orellana Orellana, A. & Alfaro, N. (2024). Violencia política digital contra las mujeres en Costa Rica (2022-2023). Propuesta para una contra narrativa al modelo dominante. ICONO 14. *Revista Científica De Comunicación Y Tecnologías Emergentes*, 22(2), e2087. <https://doi.org/10.7195/ri14.v22i2.2087>
- Silva, V. V., Carneiro, P. T. V. M., Alcará, A. R., & Silva, T. E. (2024). A Competência em Informação como instrumento para inovação social: uma análise acerca da vulnerabilidade de meninas e mulheres. In Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Eds.). *In XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Vitória. <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2809/1654>.
- Silva, C., Carvalho, P. (2023). Quando é que os elogios e o humor podem ser considerados discurso de ódio? Uma perspectiva dos grupos-alvo em Portugal. *Comunicação e sociedade*, 43(1), e023006. <https://journals.openedition.org/cs/9276>
- Skubic, J., & Gaber, M. A. (2024). Violence Against Women In Politics On The X Social Network: A New Way Of Expressing The Old Forms Of Violence? *Prispevki za novejšo zgodovino*, 64(3), 266-301. <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=1332880>.
- Smith, J. (2022). Bystander Experiences of Online Gendered Hate. In A. Powell, A. Flynn, & L. Sugiura. (Eds.) *The Palgrave Handbook of Gendered Violence and Technology*. Palgrave Macmillan, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-83734-1_20
- Schwarzenegger, C., & Wagner, A. J. M. (2018). Can it be hate if it is fun? Discursive ensembles of hatred and laughter in extreme right satire on Facebook. *Studies in Communication and Media*, 7(4), 473-498. <https://doi.org/10.5771/2192-4007-2018-4-473>
- Tarullo, R., Calvo, D. & Iranzo-Cabrera, M. (2024). #Feminazis on Instagram: Hate Speech and Misinformation, the Ongoing Discourse for Enlarging the Manosphere. *KOME – An International Journal of Pure Communication Inquiry*, 12(2), 91–110. <https://doi.org/10.17646/KOME.of.18/>
- The Library and Information Association. *CILIP definition of Information Literacy 2018*. Information Literacy Group. <https://www.cilip.org.uk/news/421972/what-is-information-literacy.htm>.
- Trindade, L. V. (2020). Disparagement humour and gendered racism on social media in Brazil. *Ethnic and racial studies*, 43(15), 2766-2784. <https://doi.org/10.1080/01419870.2019.1689278>.
- Vitorino, E. V. (2018). A Competência em Informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. *Ciência da Informação*, 47(2), 71-85. <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187/3794>.
- Waldron, J. (2012). *The harm in hate speech*. Harvard University Press.
- Weber, A. (2009). *Manual on hate speech*. Council of Europe Publishing.
- Young, I. M. (2011). *Justice and the Politics of difference*. (2. ed.). Princetown University Press.
- Zamora-Martínez, P., Gascón-Vera, P., & Gómez G. S. (2024). El discurso de odio hacia las candidatas a la Comunidad de Madrid 2023, sesgo de género y virulencia. ICONO 14. *Revista Científica De Comunicación Y Tecnologías Emergentes*, 22(1). <https://doi.org/10.7195/ri14.v22i1.2079>.
- Zurkowski, P. *The information science environment relationships and priorities*. National Commission on Libraries and Information Science. <https://eric.ed.gov/?id=ED100391>

Djuli Machado de Lucca

Doutora em Ciência da informação

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Porto Velho, Rondônia, Brasil.

Professora do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia. Vice-líder do GPCIn – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência em Informação, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina.

djuli.mdl@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4505-0688>

Elizete Vieira Vitorino

Doutora em Engenharia de Produção

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina e Professora Sênior - bolsista do Programa de Bolsas para Professores Seniores da Pós-Graduação (PROBS), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Líder do GPCIn – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência em Informação, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina.

elizetevitorino@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2462-6553>

Endereço para correspondência do autor principal

Avenida Presidente Dutra, 2965. CEP 76801-974. Porto Velho – RO.

Originalidade

Declaro que o texto é original e não está sendo avaliado por nenhuma outra publicação.

Preprints

O manuscrito não foi enviado a nenhuma plataforma de preprints.

Origem da pesquisa

Não se aplica.

Agradecimentos

Não se aplica.

Contribuição dos autores

Concepção e elaboração do manuscrito: D. M De Lucca

Coleta de dados: D. M De Lucca

Análise de dados: D. M De Lucca

Discussão dos resultados: D. M De Lucca, E. V. Vitorino

Revisão e aprovação: D. M De Lucca, E. V. Vitorino

Uso de inteligência artificial

Não se aplica.

Financiamento

Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq) - Edital Universal. Processo: 420036/2023-7. Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) - Programa de Fomento à Pós-Graduação - Bolsas Pós-Doutorado. Processo: 735/2024.

Autorização para uso de imagens

Não se aplica.

Aprovação do comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Declaração de disponibilidade de dados

Os dados estão disponíveis em:

De Lucca, D. M. (2026). Discurso de ódio e discurso de ódio encoberto misógino: diretrizes em Competência em Informação para a resiliência de mulheres e meninas [Conjunto de dados]. Zenodo.

<https://doi.org/10.5281/zenodo.21365883>

Licença de uso

Os autores concedem à Revista Biblios os direitos exclusivos de primeira publicação, estando a obra simultaneamente sob a licença Creative Commons Attribution Licence (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito pela autoria e pela publicação inicial nesta revista. Os autores estão autorizados a celebrar contratos adicionais separadamente para a distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (por exemplo, publicação em um repositório institucional, em um site pessoal, publicação de uma tradução ou como capítulo de um livro), com reconhecimento da autoria e da publicação inicial nesta revista.

Publisher

Publicada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Responsabilidade compartilhada com as universidades associadas. As ideias expressas neste artigo são dos autores e não representam necessariamente as opiniões dos editores ou da universidade.

Editores

Lúcia da Silveira; Karen Santos-d'Amorim.

Histórico

Recebido: 31-05-2025 – Aprovado: 22-09-2026 – Publicado: 22-10-2026.



Os artigos neste periódico estão licenciados sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

